

## **32<sup>o</sup> Encontro Anual da Anpocs**

### **GT 37 – Sociologia e Direito: explorando as interseções**

#### **Morte e vida favelada**

Luis

Carlos

Fridman

Um sonho de bonança pode ser uma compensação à experiência repetida do terror. A população da cidade do Rio de Janeiro defronta-se cotidianamente com o terror da violência e do incremento da criminalidade e não é de admirar que projete nas ações das instituições encarregadas da segurança pública a imagem de uma cidade serenada, a salvo de todas as turbulências e inquietações.

Nas atuais condições de desigualdade econômica, precariedade institucional e desagregação do tecido social no Brasil, o sonho de uma cidade a salvo transfigura-se em uma mentalidade que é leniente com a “permissão para matar” exercida pelos organismos de repressão ao crime. Essa pena de morte, consagrada na prática do combate à delinquência, conta com a tolerância de grandes parcelas da população e não é repelida de forma enérgica pela Justiça, pelos meios de comunicação de massa ou por uma parte dos formadores de opinião.

O slogan “bandido bom é bandido morto”, que repercute há décadas e inclusive ajudou a eleger representantes políticos, captura mentes de indivíduos com medo. Ricos e pobres partilham desse valor. Para os ricos, além da óbvia integridade física, significa manter à distância as ameaças à propriedade, a “limpeza das ruas” e o convívio “adequado” com os desvalidos da ordem econômico-social, aceitando aqueles que exercem a dura e mal remunerada labuta que caracteriza a desigualdade brasileira. Os pobres lançam um grito desesperado contra a manifestação extrema de sua destituição pelos criminosos, que se soma à exploração e à predação a que estão submetidos rotineiramente.

O resultado do recente plebiscito que limitava a obtenção de armas de fogo, apesar da adesão de quase todas as forças políticas e instituições da sociedade civil do país pela supressão das franquias atualmente existentes na legislação, mostra que a maioria da população supõe que a posse individual de uma arma mitiga ou oferece mais recursos contra o medo.

O medo, e acrescente-se “a política do medo”, que instrumentaliza a insegurança com rendimentos políticos e manutenção de relações de poder, fermenta a busca frenética de “inimigos” localizáveis para o estado de

desproteção e desamparo. O torpor e a angústia de ser alvo repetido da violência criminosa encontram suas vias de descarga nos “inimigos próximos”. Os bandidos fazem a sua parte, mas um enorme contrabando chega ao porto da ideologia: os pobres e os favelados também passam a ser considerados “inimigos próximos”.

Pela própria constituição histórica da polícia, sempre resguardada do controle democrático da sociedade, a “permissão para matar” resulta em um poder que produz os arranjos mais obscenos e perversos em nome da “ordem” e da “segurança”. Os meios de comunicação de massa divulgam episódios frequentes em que a tropa e inclusive oficiais superiores fazem acordos e recebem propinas dos traficantes. Essas tramas há muito deixaram de ser exceções e sua gravidade poucas vezes recebe uma punição equivalente. Essa é a realidade concreta do sonho projetado pela delegação aos organismos policiais da efetivação de uma “cidade a salvo”.

Nessa utopia perversa onde desejos de paz misturam-se a desejos de morte, amplia-se a mentalidade de que os destituídos, com toda a evidência da degradação de suas condições materiais, educacionais e morais, são os artífices da violência. Dependendo do clamor passageiro frente a massacres que ofendem até mesmo as consciências mais tacanhas e conservadoras – como nos casos de Vigário Geral e Nova Iguaçu – pode haver pequenos hiatos na fúria aniquiladora quando se diz “nem todos”. Esquecido o episódio, outra máxima logo se adiciona: “Se nem todos são bandidos, são ‘quase bandidos’ ”.

O campo de aceitação da arbitrariedade e da barbárie está sempre aberto. O resultado é a constituição de mecanismos que aliam a desagregação dos organismos responsáveis pela segurança pública com a aceitação cultural e ideológica de que certas áreas da cidade podem ser tomadas de assalto por forças policiais que reprimem, matam e fazem negócios.

Além de invadidos pelas práticas criminosas e pela polícia, os bairros pobres e favelas também o são pela invisibilidade e pelo esquecimento. Toda a vida da cidade é afetada pelo descontrole da violência, mas existe desigualdade

na desproteção. Esse “caráter material da ideologia” faz desaparecer do campo de visão (e, portanto, do tratamento da questão da segurança pública) a tragédia social brasileira, cuja urgência de solução já se tornou um clamor repetitivo, cansado e cheio de dor. As formas de consciência que acatam a criminalização dos pobres resultam no sacrifício adicional de vidas de quem já tem pouco para viver. Os atos de repressão envolvem sem cessar a aniquilação dos integrantes dos bandos armados ligados ao narcotráfico e, pela contigüidade territorial inescapável, dos moradores das favelas.

As tragédias não discriminam a situação sócio-econômica das pessoas: privilegiados podem ser atingidos, assim como trabalhadores indo ou voltando do trabalho. Não há mapa que garanta aos habitantes da cidade uma travessia imune aos caminhos do terror e a morte de civis ou militares ecoa paralela às insistentes pregações de “dureza contra o crime” por parte dos governantes e dos organismos responsáveis pela segurança pública. A “política do medo” mantém a sociedade em eterno suspense, imobilizando-a, dispositivo que favorece um déficit democrático de suprema gravidade. Em outras condições, isso se repete em sociedades de institucionalidade mais robusta na atual “guerra contra o terror”. Alcança-se assim uma legitimidade obtida através do medo, ao invés da concordância ou da aceitação.

Os moradores das favelas cariocas não podem partilhar do sonho de paz nem garantir seus direitos frente à ação da polícia. Vivem sob um triplo cerco: dos traficantes que dominam seus locais de moradia, da “permissão para matar” (que pode se manifestar em formas “mais brandas” da opressão cotidiana e do tratamento permanente de “gente sob suspeita”) e da mentalidade que ergue contra eles os muros simbólicos do desapego, do não-reconhecimento e da ausência de pontes e de diálogo que façam o problema pertencer a todos. Pela exclusão dos pobres e dos vulneráveis, a paz e a “cidade a salvo” é uma utopia conservadora.

Mas a escalada do crime e da violência não deve ser entendida apenas como consequência da desigualdade econômica, pois entre as suas causas

também figuram a desagregação e a ilegitimidade das instituições. O Estado perdeu o monopólio da violência, pois as instituições policiais e de repressão abrigam em seus quadros, como já foi mencionado, uma quantidade imensa de agentes dispostos a todo tipo de negociação com o crime em troca de recompensas. Policiais honestos e quase heróicos, que podem ser mortos em circunstâncias obscuras ou afastados de suas funções, exercem suas atividades em um quadro institucional atravessado pela corrupção e pelo esmaecimento das fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade.

A análise não se completa somente pela caracterização das “determinações gerais” que incidem sobre esses fenômenos. A desagregação institucional e os estados de opinião produzem efeitos que, por sua vez, geram outros processos que rebatem sobre as causas estruturais. Partimos do diagnóstico de que as relações intrínsecas que envolvem a população pobre e favelada são atravessadas por uma “sociabilidade violenta”, cujo princípio de organização é o recurso universal à força. A regência da sociabilidade violenta abrange as relações sociais, o conjunto das interações nesses contextos e, por derivação, cursos de ação que se articulam à revelia da ordem estatal. Se a força predomina nesse universo de vínculos, as esferas da economia, da política e da moral se tornam indistintas. As normas ou qualquer resquício de ordenamento jurídico são ultrapassados por “pulsões” ou “desejos irrestritos” que atestam a presença de um “individualismo não-institucional”, de caráter perverso, e inteiramente desengajado de referências coletivas. O mundo assim experimentado constitui-se de uma coleção de objetos a serem apropriados, inclusive os demais seres humanos. O “caldo de cultura da violência” – expressão que está aquém dos conteúdos associados ao conceito de “sociabilidade violenta” – espalha-se inclusive para outras esferas da sociabilidade, produzindo linguagens devidamente assimiladas por grupos pertencentes a estratos superiores da sociedade. Por exemplo, jovens de classe média gostam de ouvir os “Proibidões”, gravações de hip-hop que fazem apologia do crime.

Na maneira como enormes contingentes vulneráveis participam da distribuição dos bens sociais, consolidou-se a negação ao “direito à cidade”, que ultrapassa o acesso aos equipamentos e benefícios chamados de “obras públicas”. E isso não se deve à alegada “ausência do Estado”, pois uma infinidade de organizações estatais, para-estatais e não-governamentais está instalada em grande parte das favelas do Rio de Janeiro. Não se trata aqui de desqualificar o trabalho muitas vezes meritório desses agentes. Mas o que importa é *como* o Estado está presente. Em sentido amplo, o “direito à cidade”, aponta para a capacidade de vocalizar interesses, propor ou criticar medidas e, no limite, disputar o que deve ser feito para suprir carências, diminuir desigualdades ou mesmo ampliar as possibilidades de se alcançar padrões de uma vida digna. Envolve a agregação de indivíduos, grupos, setores e classes enquanto atores intervenientes nos processos de decisão e a permanente negociação social entre forças, evidentemente desiguais, mas que se reconhecem enquanto partícipes indispensáveis do processo de democratização social.

Os favelados da cidade do Rio de Janeiro, assim como os pobres em geral de todo o Brasil, estão submetidos à “privação múltipla”, que superpõe a separação territorial às diferenças de classe. Uma parte da teoria sociológica mais recente aponta a criminalização dos pobres como a “política social” da pós-modernidade, que se desembaraça do “excedente humano redundante” tendo em vista o desmantelamento das redes de proteção social que caracterizavam o *welfare state*. Favelas brasileiras, guetos americanos, multidões de imigrantes que forçam as fronteiras dos países capitalistas avançados etc. figuram nesse caso. Nossa investigação não se ateve a essas caracterizações gerais, que evidentemente fornecem balizas importantes e indispensáveis à análise das realidades aqui abordadas. Para além da “privação múltipla” buscamos a compreensão da “superposição de vulnerabilidades”, pois ela diz respeito à maneira como seres humanos se movimentam em contextos de sociabilidade violenta. Isto é, como vivem, sofrem, se protegem, se representam, se organizam e mantêm esperanças nessa específica concentração de padecimentos.

Quando se vê o outro como ameaça real ou potencial e as ações de governos, instituições e meios de comunicação se orientam pela manipulação dos terrores cotidianos como reforço de poder ou manutenção da paralisia no enfrentamento das questões de fundo, os problemas da segurança pública ganham uma resposta perversa que postula, *ao invés da segurança com os outros, a segurança apesar dos outros*. Os favelados são tratados com desconfiança, sempre a um passo ou a distância nenhuma do crime. E, paradoxalmente, aqueles que pedem “menos Estado” insistem no dispêndio cada vez maior para a segurança e o sistema penal. As políticas sociais com relação a grandes massas desalojadas da divisão social do trabalho não mais se destinam à criação de redes de proteção social para os mais vulneráveis; trata-se agora de fortalecer o “Estado guardião”, aquele que garantirá eficácia na criminalização da pobreza.

### **Anotações sobre a existência social dos favelados**

Segundo Zygmunt Bauman e Loïc Wacquant, a “criminalização da pobreza” tornou-se a “política social” da contemporaneidade. Bauman situa um de seus modelos, ou um tipo-ideal, na prisão de *Pelican Bay* na Califórnia. Ali se faz a experiência pioneira do encarceramento *high-tech*. Os prisioneiros ficam em celas sem janelas, não trabalham, não têm acesso à recreação, os guardas se comunicam através de alto-falantes e raramente são vistos. Segundo Bauman, “se não fosse pelo fato de que os prisioneiros ainda comem e defecam, as celas poderiam ser tidas como caixões” (Bauman, 1999:116). Na exclusão absoluta os presos não são submetidos a disciplina “reformadora”, não há qualquer intenção de correção, integração, manutenção ou reforço de mínimos laços humanos e sociais.

Este é o laboratório de processamento do refugio humano em teste, das grandes massas humanas que não mais podem ser chamadas de “exército industrial de reserva” porque não ocupam nem ocuparão qualquer lugar na divisão social do trabalho. A “política social” acima mencionada é uma forma de dizer que a sociedade não tem mais interesse em re-educar para o trabalho, para a

produtividade ou para a disciplina. Com a globalização, a ação à distância, a extrema mobilidade e invisibilidade dos grandes poderes econômicos, a ausência de territorialidade na produção da riqueza e a erosão de laços sociais duradouros, o modelo não é mais o da supervisão. Processa-se agora a “limpeza”, a “higiene social”, ou seja, a eliminação da “impureza social”. O destino dos “consumidores falhos” (outro conceito de Bauman associado à mesma condição de não fazer parte do jogo) é o lixo, assim como eletrodomésticos cujo reparo dos defeitos é mais caro que um novo exemplar. Vigiar e punir? Não, deixar definhir.

Nesse mundo de “senhores ausentes” – porque estão em todo lugar e em lugar nenhum – o relacionamento entre grupos e classes é marcado pela indistinção. Na modernidade clássica, ou “sólida” como quer Bauman, os conflitos e a luta ocorriam pela demarcação pública e notória entre proprietários e não-proprietários, dominantes e dominados etc. O quadro referencial de classe fornecia suportes suficientes para a ação: disputava-se riqueza e poder e o inimigo era reconhecido. Atualmente, as causas estruturais ficam mais distantes, o espaço público sofre os efeitos de forte erosão e assim os indivíduos se voltam para o “inimigo próximo”.

Em sentido estritamente político, os escritos do filósofo italiano Giorgio Agamben permitem adicionar a essas caracterizações o conceito de *vida nua* é “a vida *matável e insacrificável do homo sacer*” (Agamben, 2002: 16), uma sobrevida transcorrida sem um mínimo de dignidade ou delineada como projeto. Isso vai além da extrema precariedade, da miséria ou da pobreza; refere-se à ausência de reconhecimento de grandes massas humanas pela comunidade política das sociedades de que fazem parte. O ponto de partida é a enigmática figura do direito romano arcaico do *homo sacer*, definido como “aquele que, julgado por um delito, pode ser morto sem que isso constitua um homicídio, ou uma execução, ou uma condenação, ou um sacrilégio, nem sequer um sacrifício”. Ou ainda, “sua vida, excluída da comunidade por ser insacrificável, é nela incluída por ser matável” (Pelbart, 2003: 61 e 62). Insacrificável porque no antigo direito romano a morte do *homo sacer* também não servia como oferenda aos



deuses. Em suma, destituição total, ausência absoluta de direitos, condição inapelável da “vida nua”. Vale ressaltar: “a vida nua” do *homo sacer* é excluída da lei e dos direitos e incluída por ser aniquilável. Em suma, matar um *homo sacer* não é passível de punição nem desperta culpa.

Na atual vigência da mentalidade que destina à favela o lugar do “outro” da cidade (e, no limite, da sociedade), a parcela da população que ali está instalada tornou-se “matável” por agentes de segurança, sob o olhar complacente daqueles que se sentem “aliviados” ou “vingados” pelo uso da força nas localidades onde prolifera a organização dos bandos armados que operam a economia da droga. Tornam-se uma “gente sacrificável” sem que isso seja percebido ou repudiado como delito inaceitável. Alarga-se assim o campo da aceitação social da arbitrariedade sem fim: a segurança pública torna-se concebível pela aniquilação do “outro”. Viabiliza-se a fúria contra o “inimigo próximo”.

Mas, um passo além das caracterizações gerais, uma série de dispositivos mais específicos atuam sobre o cotidiano das populações faveladas na cidade do Rio de Janeiro. No debate contemporâneo, alguns autores observam que no mundo do desemprego estrutural ninguém pode se sentir verdadeiramente seguro e que, na erosão do espaço público, seres assustados se voltam para o “espaço a salvo” da casa e da vida privada. Nas condições presentes na cidade do Rio de Janeiro e nas grandes metrópoles brasileiras, os favelados e os moradores das áreas pobres experimentam o “espectro arrepiante e apavorante” *na extrema proximidade ou dentro de suas casas* pela ação dos bandos armados ligados à economia das drogas ou pela reação comumente arbitrária dos organismos de repressão, que também se volta contra os moradores quando busca atingir os traficantes. Nas situações aqui abordadas, a precariedade e a vulnerabilidade (termos preferidos por Pierre Bourdieu na análise da insegurança contemporânea) têm causas, graus e efeitos de outra magnitude.

Um outro aspecto do problema aqui se adiciona. Se, como aponta Anthony Giddens (1991:95), a “segurança ontológica” entendida como “a crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e na

constância dos ambientes de ação social e material circundantes”, baseada na “sensação de fidedignidade de pessoas e coisas” está ameaçada nos tempos que correm, o que dizer dos indivíduos permanentemente ameaçados pelo recurso irrestrito da força como princípio de organização de vínculos sociais? Nas favelas cariocas um *conjunto específico de perigos está permanentemente maximizado*, seja pela ação dos bandos armados ligados ao narcotráfico, seja pela ação truculenta e aniquiladora da polícia.

Mesmo sofrendo pelas formas mais abjetas de discriminação, exclusão e predação violenta, são seres humanos que trabalham, casam, criam filhos, adotam variados tipos de fé, estudam, votam, distanciam-se das atrocidades, buscam ainda que desencontradamente sistemas de valores que garantam dignidade e agarram-se com vigor às poucas oportunidades que a vida lhes dá. Insistem em ficar de pé, ainda que muitos soçobrem pelo caminho.

A grande maioria dos favelados é obrigada a lidar com o crime inapelavelmente, sem chance de escolha. Mesmo assim, com gradações, consegue se distanciar moralmente e não se torna cúmplice. A relação dos moradores com os bandos armados de criminosos não é uma disposição avaliada racionalmente e perseguida como estratégia de vida; denota estratagemas de manutenção de um mínimo de segurança ontológica.

Nesse ponto o trabalho de pesquisa solicitou maior sutileza. Para o entendimento dos símbolos e representações associados a esse universo de referências não cabia pinçar nos depoimentos supostos traços de um tipo-ideal de uma moralidade atribuída “de fora”, pela sociedade envolvente. Buscar o quê? Uma “subjetividade isenta” nas relações rotineiras com os traficantes como índice “bem sucedido” do esforço de manutenção da segurança ontológica? Que nas esferas da sociabilidade violenta seres humanos se desembaraçam das referências arduamente construídas para a sustentação sua frágil segurança ontológica? Mas ninguém é assim! Somente os indivíduos que experimentam o infortúnio da desestruturação mental permanente. A situação merece ser compreendida e dimensionada no esforço permanente dessas populações de

manutenção da vida frente à radicalidade das forças que se abatem sobre seu cotidiano.

### **Todo mundo conhece alguém do tráfico**

É absolutamente comum que os moradores das favelas tenham parentes, amigos, colegas de infância, vizinhos ou convivas de jogos de futebol ou rodadas de cerveja envolvidos com os bandos armados que operam a economia das drogas. Nas regiões onde a separação territorial se adiciona à diferenciação por classes, a opção pela atividade criminosa bate às portas todos os dias. O esforço incansável de afastamento moral não resulta de uma deliberação prévia, nem de uma armadura protetora constituída pela introjeção de valores garantida em um percurso social assegurado anteriormente. Não há incolumidade nessas situações. A precariedade e a insegurança assaltam a vida dessas pessoas por todos os lados e, portanto, não há uma consciência “limpa”, “a salvo” (para usar os termos aqui repetidamente acionados), que expressa em termos absolutos fronteiras bem delimitadas entre as formas de vida escolhidas.

Os meios de comunicação de massa espelham e ao mesmo tempo reforçam um conjunto de valores que demandam dos moradores das favelas um desprendimento público impossível de ser adotado quando se está sob o cerco dos bandos armados ou da ação arbitrária dos organismos de repressão: são forças suficientemente poderosas que calam as vozes da autonomia dos favelados para a definição, no espaço público, de suas urgências e de projetos de uma vida digna. O Estado e a dinâmica atualmente existente dos organismos civis não lhes fornecem as garantias institucionais para que isso ocorra. Os favelados acabam simbolicamente punidos ou condenados por não responderem a essa “demanda ideal de incolumidade” por parte da mentalidade vigente, movida pelo terror dos fatos da violência fora de controle.

O que se quer ressaltar na análise, a partir dos relatos a seguir, é que *o afastamento moral dos moradores, arduamente erigido, encontra-se em outro lugar, nas formas cotidianas de proteção e de vínculo em uma vida sob cerco.*

“Proteger” a cidade das favelas significa desproteger e desconsiderar o papel de grandes massas humanas que podem ter um papel efetivo no enfrentamento consistente do problema da violência.

Um primeiro relato expressa o sentido do esforço do afastamento moral:

*Moradora A – Às vezes as pessoas acham que todo mundo que mora na favela é traficante porque quer, porque gosta, mas a realidade não é essa, entendeu, mas mesmo assim, eu luto, eu acredito que nós temos que fazer uma comunidade diferente.*

Os depoimentos definem um percurso que faz referência à precariedade. Primeiro a infância, depois a juventude e posteriormente o comprometimento das unidades familiares:

*Moradora A – Porque às vezes a comunidade não tem nada que oferecer, as crianças só vêm o tráfico, só vêm essas coisas, então as crianças ficavam muito sozinhas entendeu, sem perspectivas de vida nenhuma. Não tinha um projeto, não tinha uma coisa que pudesse ocupar entendeu, e eles acabaram caindo... pelo menos na minha família foi dessa forma.*

*Moradora B – DVD, roupinha, comida “à vera”.*

*Moradora C – A mulher então...É roupinha, as madames da favela.*

*Moradora D – Elas são as primeiras damas.*

*Moradora B – As chamadas primeiras damas. Aí os pais, quer dizer, o tipo de vida muda, muda de verdade, porque é muito dinheiro gente.*

*Moradora E – Ih, já anda na favela se sentindo o tal. Porque tem dinheiro para pagar cerveja, jogar “à vera”, fazer e acontecer.*

Primeiro distanciamento: os benefícios do dinheiro auferido das atividades ilegais podem ser sedutores, mas não demolem as referências de uma vida dedicada ao trabalho e a vínculos de integridade moral. Como destacado anteriormente, todos ou quase todos os depoimentos mostram relações de parentesco com integrantes do tráfico:

Uma moradora – *Eu tive dois irmãos meus envolvidos, através desses dois irmãos, eles levaram os meus dois sobrinhos, aliás, foram cinco, porque o meu cunhado também foi nisso. E mesmo assim eu não me abati, fiquei triste, mas foi aí que eu entrei nesse trabalho comunitário... Morreram dois irmãos, dois sobrinhos e um cunhado.*

Outra moradora – *Hoje quase todas as famílias da favela têm alguém envolvido no tráfico. Eu tenho um primo que é gerente lá do tráfico, entendeu? Eu não tenho muita ligação com ele, a gente não tem muito contato, mas ele é gerente do tráfico lá. [Pergunta: E os seus tios apoiaram esse tipo de comportamento?] Apoiavam. Apoiavam porque o meu tio usa droga, o outro usa droga, então tá tudo em casa.*

“Eu não me abati... foi aí que eu entrei nesse trabalho comunitário”, essa frase parece particularmente expressiva, pois revela uma resistência admirável em um ambiente onde as execuções fazem parte do cotidiano. A dor se transforma na disposição de reduzir, pela atividade social, o incremento de novos eventos trágicos. Não parece ser apenas a dor da perda, mas também a repugnância frente às condições que provocam tais situações. Essa maneira de conceber denota indícios de uma tomada de consciência da causalidade social que afeta a vida dos favelados. ***Mas, antes de tudo, é uma forma de restaurar a segurança ontológica no ambiente da sociabilidade violenta. Aproveitando as sugestões de Anthony Giddens no tratamento do conceito, é um reforço para “seguir adiante”, na expressão do sociólogo inglês.***

“Seguir adiante” é uma das chaves analíticas para se compreender as representações e as ações da população favelada cercada pela violência do tráfico e da polícia. Esse esforço inclusive mobiliza considerações mais amplas dos entrevistados como “o sistema está podre”, “está tudo corrompido”, mas primordialmente o trabalho comunitário revela-se uma forma de afastamento moral e de construção ou regeneração de um senso de identidade sustentável de pessoas que lidam com forças em que a aniquilação do outro é uma das possibilidades da ação.

Os protagonistas dos eventos trágicos se conhecem, tal como relatado a seguir. O esforço insubstituível é o de se manter de pé, ou “seguir adiante”, perante a violência que as palavras mal conseguem exprimir:

*Foi assim, eles eram tudo amigos, eles eram de frente... Um foi chamar o outro, eles estavam em casa dormindo. Foram chamar ele para “desenrolar”. Aí quando nós procuramos, e foi uma coisa muito ruim. Eles morrem e [o corpo] fica ali mesmo. A gente sabe quem mata, entendeu? A gente vê os nossos, eles matam, e se sabe quem foi que matou. A gente conhece, são tudo vizinho, são tudo criados junto. E o corpo do nosso familiar fica jogado ali no chão, até que se decide a vir buscar. A família tem que ficar ali junto ao corpo. Mãe, fica todo mundo...*

[Depoimento da moradora cujo primo é gerente do tráfico] *Fui olhar o sofá, tinha dinheiro, um saco de dinheiro enorme, muita maconha e dinheiro. Falei: “É ele!” E aí eu comecei a falar, discutir, entendeu? E daí a gente rompeu mesmo, tanto com a família deles e tal, porque eles apóiam, de certa forma eles apóiam, então a gente discuti feio, meu marido ficou até meio assim, eu falei: “Olha, eu não tenho medo não, não tenho mesmo não!” Minha mãe sangrava vinte e quatro horas por dia, deprimente a situação dela. A laje da minha mãe ficava cheia de moleque, entendeu? Enchia, escondia as coisas lá dentro, pulava pelo muro. Então eu falei que se deixar vai virar bagunça, porque os meus tios são coniventes, se eu não falar quem vai falar? Então foi uma briga braba, e a gente cortou relações mesmo, com a família do meu tio e tal, justamente por isso.*

Supor uma experiência dos favelados “a salvo” de todos os vínculos e percalços da realidade é simplesmente desconhecer o universo de relações estabelecidas nas regiões onde estão condensadas a segregação territorial e a diferenciação de classe.

### **As barbaridades, a “velha guarda” e os “adolescentes Bin Laden”**

A experiência da segurança ontológica é indissociada da rotina. Nas favelas cariocas, como já foi mencionado, a rotina é ameaçada por duas forças principais que utilizam predominantemente a violência como forma de interação: a polícia e os bandos armados ligados ao tráfico de drogas.

A “ordem” nas favelas compõe-se de um exercício de dominação em que os integrantes do tráfico dão a última palavra, senão a primeira, sobre o que é permitido nas atitudes e relações cotidianas. Mas essa “ordem”, na atualidade, tem traços erráticos. Não há propriamente um padrão definido e compreensível para os moradores. A multiplicação de boatos é o atestado do sentimento de incerteza perante códigos que podem ser alterados subitamente. Veja-se, por exemplo, o depoimento sobre o uso da cor vermelha nas roupas, que distingue uma das grandes facções que dominam os morros cariocas:

*Moradora – Esses boatos ultrapassam fronteiras... eu não sei o que lá no Engenho da Rainha eles devem falar o que não pode vestir, que lá no Urubu é vermelho, deve ser três corações, três “C”, sei lá como eles falam lá, que não pode chegar pro outro lado. Eu não sei, e aí acabou, ninguém sabe.*

*Outra moradora – A minha mãe tem quase setenta anos. Então outro dia foi muito engraçado, isso de não poder usar vermelho. A minha mãe é completamente avessa a essas coisas, a minha mãe é abusada. Ela virou, vestiu uma roupa toda vermelha, que a minha mãe é muito bonita, uma mulata muito bonita. Anda sempre muito bem vestida, tá sempre linda. Minha mãe vem toda de vermelho, aí deu de cara com o bandido. Aí ela falou assim: "Ah, meu filho! Deixa eu te falar uma coisa. Eu posso andar de vermelho, porque eu sou velha!" Aí ele falou assim: "Não, a senhora não é velha não. A senhora é nova!" Ela falou assim: "Não, mas eu tenho quase cem anos!" Aí ele falou assim: "Quem falou pra senhora que não pode andar de vermelho?". Ela: "É o que se escuta aí, o boato!". Ele falou assim: "Eu gosto de vermelho, eu ando de vermelho. Eu não tô sabendo dessa história não".*

Em outro caso, jovens de uma favela sofreriam represálias por terem ido a um baile funk em outra localidade, dominada por um bando rival. Uma mãe dirigiu-se ao “dono da boca” preocupada com a segurança de seus filhos e de amigos deles. O boato da ameaça já havia se espalhado e a apreensão era grande. No diálogo estabelecido com o chefe dos bandidos ficou esclarecido que a notícia era falsa, atribuída a componentes hierarquicamente inferiores do bando. Trata-se, portanto, de uma “ordem” sujeita a interpretações diversas, cujos resultados podem ser inócuos ou desastrosos. A incerteza perante os códigos dessa “ordem”

torna as rotinas sujeitas a episódios de quebra da “sensação de fidedignidade de pessoas e coisas” ou da “constância dos ambientes de ação social e material circundantes”, nas palavras de Anthony Giddens. O boato pode se instalar como “verdade” e contar com a passividade, o silêncio e a submissão. Mas no relato considerado há ação – cheia de riscos, é verdade – mas que propicia compreensão, distanciamento e movimentação, ainda que episódicos, frente às supostas regras dos bandos armados.

O que poderíamos chamar de “dissonância cognitiva” dos moradores frente às supostas regras é atribuída à passagem de poder da “velha guarda” para os “adolescentes Bin Laden”. A “velha guarda” são os componentes dos bandos de uma geração anterior, cujo domínio era de certa maneira codificado pela população, o que incluía os mandamentos e as ações. Depoimentos dos moradores: [anteriormente] “a gente não via arma”, “não era comum matar alguém”, “hoje em dia eles matam por qualquer coisa, essa história de ‘desenrolar’”, “o pessoal da antiga, tinha respeito”, “no passado, pelo menos na Cidade de Deus, por exemplo, se fosse ter um banguê-banguê na parte da tarde, eles passavam de manhã, de porta em porta avisando”.

Os depoimentos mencionam que os moradores conheciam os traficantes pelo nome, negociava-se a entrada de desconhecidos na favela, as residências eram preservadas pelos criminosos nos embates com a polícia e tal situação foi modificada porque essa geração foi presa ou morreu. Os que sobraram estão perdendo poder para os jovens, como aparece na seguinte descrição: “Daqui a pouco eles vão matar os mais velhos e vão tomar mesmo, entendeu? Tem um desses chefes antigos, que foi solto há pouco tempo, lá do Borel e ele foi peitado por um moleque e saiu”.

Atualmente existe rotatividade dos componentes dos bandos no exercício do domínio nas favelas. Não são mais “crias da comunidade”. Uma expressão curiosa define essa rotatividade, a “globalização”: “A maioria sai daqui, pra tomar conta de outro morro, é a globalização. No outro morro eles não conhecem ninguém, dane-se! E o daquele morro vem pra cá, justamente pra não ter elo



nenhum, pra não ter pena nem piedade!”. A ousadia da nova geração na prática criminosa ganhou de uma moradora a expressão “adolescentes Bin Laden”:  
“Aqui só tem menor suicida. Tanto que agora um dos símbolos deles é o Bin Laden”,

O aceno de memória à “velha guarda” do tráfico evoca situações anteriores onde havia algum controle sobre o rumo dos acontecimentos. Os antigos “donos do morro” reconheciam de alguma maneira a rede de relações que organizava o cotidiano dos moradores das favelas e, por derivação, não ameaçavam de forma acentuada e permanente a integridade física dessa população. Ainda que atravessada pelo desconforto – é necessário reparar que sempre há uma idealização do passado – a experiência de outrora fornecia elementos mapeáveis da “continuidade de pessoas e coisas”.

No regime atual de domínio, isso se modificou profundamente, pois os “adolescentes Bin Laden” tomaram conta das bocas a ponto de contestarem o poder dos antigos chefes. Esses “meninos” radicalizam a experiência do mundo como “coleção de objetos a serem apropriados, inclusive os demais seres humanos”. Portanto, a relação dos moradores com os bandos armados envolve mais riscos que em momentos do passado recente. Eles descem o morro, chegam até o asfalto para a venda de drogas, atravessam o morro com as armas nas mãos e colocam em risco a vida de todos. Uma frase ecoou em vários grupos focais, evidenciando o tipo de relação estabelecida entre os adolescentes envolvidos na prática criminosa e os moradores: “Não respeitam ninguém”. Outros relatos:

*É humilhante, um menino de quatorze anos dominar um cara de sessenta e cinco, gente, um homem que sempre trabalhou, trabalhou, trabalhou, isso é humilhante.*

*Você imagina como é humilhante pra mim, uma mulher de cinquenta e um anos, eu trabalhei numa creche onde eu tinha em média por ano de turma vinte e cinco crianças, entendeu? E uma criança daquelas, que eu eduquei como se fosse meu filho, ele me impedir de eu usar uma blusa vermelha, e eu tenho que abaixar minha cabeça pra ele e, não botar minha blusa vermelha, por quê? Por que aparentemente a mão dele é mais forte que a minha, porque se eu*

*encostar nele, eu dou um tapa legal nele, mais se ele vier a dez metros de distância de mim, ele dá um tiro na minha testa!*

*Mas isso é pouco diante da vida que a gente vive no cotidiano de violência, violência física, violência moral, violência em todos os sentidos. Eu posso falar isso porque quando eu assumi a guarda das minhas sobrinhas, elas eram meninas. Mas à medida que iam crescendo, iam ficando meninas bonitinhas, botando peitinhos e chamando a atenção dos ‘papa-anjo’, e dentro da minha casa, muitas vezes eu tive que enfrentar bandidos. E não era um só, iam cinco, seis, sete até doze, com fuzil na mão porque a menina era bonitinha e o cara queria tocar e mandava recado, só que eu não deixava sair. E ele mandava o bonde dele bater na porta e falar: “O fulano está chamando ali!” E muitas vezes eu tinha que sair pra falar: “O fulano manda na casa dele, na minha casa, mando eu, aqui não é açougue, não tem carne barata pra ninguém, se ele quiser que vá procurar em outro lugar!”.... E eu passei por diversas vezes essa situação. De seis meninas, seis adolescentes, eu consegui salvar quatro, duas infelizmente acabaram realmente cedendo. Foram porque quiseram, não foram por cisma de bandido, porque enquanto eu pude lutar, eu lutei e eu não dava mole não! Teve um que botou arma na minha cabeça, “Ah tia, a senhora está falando demais!” Eu falei: “Eu sou tia, eu sou mãe, e se eu falo demais, eu falo pro bem delas, de repente você não teve nem uma tia, nem uma mãe, que tivesse o zelo que eu tenho por elas! Se você quiser atirar, você vai ter que atirar, mais atira pra matar! Porque se você me deixar viva, você que não vai ficar vivo!” É uma situação de confronto, isso não é bom, não falo isso como se fosse herói, eu falo sabe, que é aquele mecanismo de defesa que você desenvolve ali na hora, ou é isso ou não é nada.*

Depoimentos descrevem a morte de um motorista que tomou o caminho errado e entrou nos domínios da favela e foi morto pelos adolescentes. Ou de uma moça de outra localidade fora visitar uma tia e foi obrigada a descer nua pelo morro depois de ter os longos cabelos cortados a partir da suposição de que era vinculada a uma facção rival de outra favela. Ou ainda, o corpo de um adolescente massacrado que foi transportado de um lado para o outro na favela. Um traço comum nesses testemunhos é que foram formulados por moradores e moradoras que se envolveram no trabalho comunitário. E, sem exceção, é possível perceber que a atividade foi uma forma de suportar esse tipo de experiência, garantindo a movimentação no território e robustecendo a postura de

se diferenciar da simples apatia ou submissão. O trabalho comunitário é uma forma de restauração da segurança ontológica, que favorece e aprofunda o afastamento moral.

### **A surra**

Nos depoimentos coletados, uma das soluções extremas da pedagogia da salvação frente ao tráfico é a de submeter os filhos e crianças a palmadas e surras. A surra parece um recurso de ênfase moral, de transmissão autoritária e cruenta de valores, em contraposição à sedução oferecida pela participação na atividade criminosa ligada às drogas. Busca erigir uma barreira contra a “vida fácil” que traz dinheiro e acesso a bens de consumo. A surra é a última tentativa de imposição de valores referida à batalha penosa, árdua e íntegra pela existência. As circunstâncias da violência são tão próximas que o distanciamento moral pode se expressar em ditames severos na linguagem da relação entre pais e filhos. Bater pode significar “educar” perante as ameaças de aniquilação à integridade física e à transmissão de valores no interior do núcleo familiar.

Os relatos são diversificados. Alguns remetem às relações familiares e à surra como forma de cuidado e advertência, por mais que tal conduta em nada se pareça com uma educação liberal e cultivada emocionalmente. Outros dizem respeito a uma *pedagogia brutal exercida fora do ambiente familiar*, mas cuja intenção é a mesma. As situações não se equivalem, mas apontam para um destino comum – afastar os jovens do tráfico. Um depoimento do primeiro caso:

*Eu acho o que estragou essa criança, foi esse Estatuto da Criança e do Adolescente, onde a mãe não pode dar uma porrada, o Siro Darlan (\*). Eu comecei a trabalhar com quatorze anos porque era preguiçosa, não gostava de estudar. Minha mãe falou: “Não quer estudar, infeliz? Tu vai trabalhar!” E hoje eu tenho trinta anos de carteira assinada, e agradeço muito à minha mãe o couro que levei! Eu apanhava, era de levar soco nas costas, de levar um tapa aqui e cair duas casas após... Criei meus filhos assim. Sempre falei pro meu garoto: “Tá vendo ali, ó, o fulano tá apanhando! Eu não vou ficar lá com minha xereca aberta na delegacia não! Eu não vou tirar comida de quem tá aqui dentro pra levar na cadeia não. E outra coisa que*

*eu vou te falar, quando vier te buscar, vai te levar. Porque eu não vou colocar meu peito lá, encarar bandido não!” Para as meninas falava a mesma coisa: “Quer dá? Dá!”... Foi difícil gente, muito difícil. Você ter uma boca de fumo do lado da sua casa, em cima da tua casa...o seu marido chegar com o dinheiro, falar: “Querida, o dinheiro não deu pra comprar vinte quilos de arroz, só posso comprar dez!” E o seu filho precisando de caderno, querendo sapato, entendeu, e você lutando. Mas, graças a Deus, eu lutei e consegui!... Mas eu falei: “Se vier te buscar, vai te levar! Eu vou chorar uma semana, eu vou te perder, eu choro uma semana, mais eu vou te esquecer. Você vai ser um passado na minha vida”.*

Essa é uma moralidade construída a golpes de marreta, mas naquelas circunstâncias talvez não pudesse ser efetivada de outra maneira. Está referida ao mundo das necessidades e às dificuldades de manter laços sólidos na extrema proximidade da sedução do dinheiro e do consumo e, como consequência plausível, a morte pela realização dessa escolha. Transmissão de valores por opções extremas: fidelidade aos princípios da mãe, evidentemente autoritários, ou cair nas garras dos traficantes ou da polícia, canceladas todas as expectativas de proteção familiar – “eu choro uma semana, mas eu vou te esquecer”. Repare-se que nesta situação não há a opção por direitos, sejam familiares (a ponderação por uma educação ou relacionamentos afetivos dialogais) nem institucionais (defesas ou garantias contra a ação violenta dos criminosos ou da polícia). Daí a crítica explícita ao Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação que protege e confere direitos em acontecimentos de risco para a integridade de pessoas nessas faixas etárias no interior da família ou fora dela. Esse padrão, com todas as discrepâncias que ele contém, pode ser compreendido como a violência doméstica que busca neutralizar violências maiores; um esforço desesperado (que apresenta graus de eficácia) de assegurar um mínimo de segurança ontológica.

Outro relato descreve uma situação radical experimentada no contato com a polícia. A informante, junto com uma irmã (“metida a saber de tudo”), busca o paradeiro do irmão comprometido com as atividades criminosas. Informações imprecisas sugeriam que o rapaz poderia estar em Caxias ou em São Gonçalo. Elas seguiram para essas localidades, sem êxito. Em São Gonçalo ocorreu o

episódio marcante. Lá chegando foram encaminhadas a uma casa cuja dona era uma “vovó do tráfico”. Logo a seguir, chegou a polícia e deu voz de prisão a todos que lá se encontravam. Iniciou-se então a extorsão por parte dos policiais. Soltaram a “vovó do tráfico” para ela arrumar dinheiro e mantiveram as duas irmãs presas sob a acusação de formação de quadrilha, com a ameaça adicional de forjar um flagrante em que estariam de posse de um quilo de droga.

Na delegacia já estavam presos alguns rapazes do bando, originários da mesma favela que elas. Nossa informante recusou-se a cooperar com a polícia e enfrentou a tentativa de extorsão. Segue o depoimento:

*Eu cheguei na casa da mulher, meu irmão não tava, ele tinha dormido num hotel... A polícia soltou a dona da casa, era velha, Detalhe, pra buscar dinheiro! Aí eu falei: "Olha, por mim o senhor não vai ganhar um real. Eles nem me conhecem"... O policial disse: "Se a senhora não falar quem é o Nenenzinho, esses daí vão apanhar!" Eram os que estavam presos. Aí a minha irmã já foi falando tudo! Eu falei pra minha irmã: "Você não é malandra?...porque você tá falando?". Eu disse para eles: "Nem ela vai falar nada!" Ele (o policial) falou assim: "Quantas vezes você não falar, ele vai apanhar!". Eu falei: "Moço, pode bater, sabe porque pode bater? Quando a mãe fala e o pai fala, não apanha, então pode bater!". Aí o rapaz: "Eu tô apanhando muito!". Eu estava falando sério:"Olha, tô aqui com todo o meu documento". Ele [o policial] falou assim: "Olha eu vou botar um quilo nas costas de vocês. Vocês vão pegar assim dez, vinte anos". Aí eu falei: "Olha pode botar! Pode botar! Olha aqui minha carteira de trabalho, eu presto serviço para um senhor que trabalha na rádio X. Ele me conhece, trabalho lá prá mais de seis anos, o senhor não me conhece. Olha, eu posso pegar isso tudo, mas eu tenho certeza que o senhor também vai ficar ferrado! Por mim, o senhor não vai ganhar nada! Eu sei e o senhor sabe que eles [os rapazes] são envolvidos, isso não é surpresa. Agora, eu tava no lugar errado, na hora errada! E por coincidência, eu tava lá, mas o senhor não vai ganhar esses dez mil, nas minhas costas não! E me solta, que eu vou correr atrás do meu irmão ainda! O senhor vai chegar em São Gonçalo e vai me ver lá. Porque eu só saio de lá com meu irmão". Ele [o policial] falou: "Vem cá, o teu irmão é o Nenenzinho?". Eu falei: "Não sei! Meu irmão é o Wagner! Se o senhor apelidou ele de Nenenzinho o problema é teu!"... E depois que ele falou, descobri que era o nome do meu irmão, era o apelido... Entendeu? Então como se vê, muita gente fica preso, gente! É humilhado. Não pode ficar entre duas*

*palavras, não pode titubear, tem que olhar na cara, entendeu, porque se eles vêem medo, eles esculacham, entendeu. Eu falei: "Oh, pode bater! Pode bater, porque não escutou pai e mãe, apanha! Apanha do polícia!" Olha, dois morreram, faleceram [dentro os rapazes presos na ocasião]... Depois disso, não saíram dessa vida não. Mas um, por ter apanhado tanto, saiu, entendeu. E hoje ele fala: "Poxa fulana, mas eu apanhei de ficar doido!" Eu falei: "Não serviu?".*

A moradora usou uma ética da convicção perante o exercício ilegal da força indiscriminada por parte da polícia. No depoimento a nós concedido, isto é, posteriormente aos fatos, representou os efeitos da violência arbitrária da polícia a partir de seu comportamento como se fosse uma pedagogia. De uma forma ou de outra, sua narrativa enfatiza o ganho inesperado de conseguir que um dos rapazes presos posteriormente abandonasse a prática criminosa. Se os outros rapazes morreram por terem permanecido ligados ao tráfico, ela considera que a surra na delegacia foi um substituto à ausência de transmissão de valores na vida familiar daquele que acabou por abandonar a prática criminosa. Esse júbilo *ex post* diz mais do afastamento moral (através da surra, como apresentado na análise do relato anterior da mãe com relação à sua filha) do que propriamente à sucessão dos fatos ocorridos na delegacia frente à forte pressão da polícia. Ali ela precisava manter uma atitude firme e decidida para não sucumbir à chantagem, em evidente desamparo pela desigualdade de forças. Situação extrema e complexa onde não se divisa a “boa solução”. Seres humanos sujeitos à humilhação e à iminência da aniquilação que, pela ausência de direitos, racionalizam essa experiência através de formas inusitadas de produzir referências.

### **Comunidade**

Os moradores das favelas se referem aos seus locais de moradia e seu circuito de sociabilidade como “comunidade”. Por contraste, uma das realizações arquitetônicas do sonho de segurança que atrai as classes médias e as elites são os condomínios fechados com suas cercas elétricas, vigilância eletrônica, barreiras,

circuitos internos de televisão e guardas fortemente armados. Neles também se erige a representação de “comunidade”. Lá dentro é possível encontrar cursos de línguas, escolas, lojas, espaços amplos de lazer, áreas verdes que mimetizam a “preservação ecológica” e toda uma série de equipamentos que compõem essa “cidade à parte”.

A “comunidade” dos pobres é povoada por todas as ameaças, riscos e perigos. A desigualdade fundamental está no fato de que uma foi concebida para excluir indesejáveis, criminosos e “gente sob suspeita”; a outra expressa a tentativa permanente de restaurar sofregamente um mínimo de segurança ontológica através de redes de relações para mitigar a opressão da polícia e dos traficantes. A utilização do termo ganha, portanto, dois sentidos opostos: nos condomínios, expulsar; nas favelas, preservar o que pode ser invadido a qualquer momento.

A utilização do termo “comunidade” por parte dos moradores das favelas envolve, como foi ressaltado acima, algo a ser preservado perante situações que não podem ser resolvidas com os recursos de que dispõem ou com o auxílio da ação mediadora de instituições que detenham força e legitimidade para fazer valer regras e procedimentos respeitados e assimilados. Se a mentalidade dominante de variados segmentos da sociedade destinam essa espécie de exílio para os favelados, “comunidade” também serve para proclamar uma rede de relações ao invés da mera degradação. Busca, por exemplo, afirmar laços de solidariedade e formas de interação que ultrapassam o individualismo, a frieza e a indiferença experimentados pelos moradores do “asfalto”. Envolve a tentativa de demarcação positiva de uma alteridade que o “sonho de paz” com sua “permissão para matar” tenta cancelar.

As formas de defesa e de proteção implicadas na noção de “comunidade” dizem respeito ao mínimo de direitos evocados perante a ação aniquiladora das instituições policiais. A representação de “comunidade” pode ser acionada quando se trata de protestos ou da vocalização de tragédias que atingem essas populações e carrega a necessidade de reconhecimento dos moradores por parte

das instituições, dos governantes ou dos meios de comunicação de massa. Nesse caso, “comunidade” diz respeito ao conjunto dos moradores em suas formas possíveis – ainda que muito frágeis – de agregação coletiva.

A ambigüidade da utilização da noção de “comunidade” reside na convivência, por contigüidade territorial, com os bandos armados ligados ao narcotráfico. Como os habitantes das favelas já são condenados por um certo tipo de ideologia que os trata como “bandidos” ou “quase bandidos”, sofrem cotidianamente com a extrema violência policial e não contam com a proteção decisiva de nenhuma instituição que possa conferir rumos seguros às situações de ameaça e de risco, eles acabam incluindo na “comunidade” os “meninos”, isto é, a pequena parcela (geralmente de jovens) comprometida com a droga e o crime.

Os favelados não têm como enfrentar as muitas barbaridades cometidas pelos bandos que impõem a “ordem” nas favelas, cujas regras – implícitas ou explícitas – nunca são totalmente claras e dependem da decisão abrupta desses “dominantes”. Os casos de negociação bem sucedida com os componentes do narcotráfico figuram nos relatos muito mais como situações extraordinárias do que como rotina de intercâmbio entre partes. Em suma, os moradores das favelas pouco podem com relação aos traficantes e mesmo assim a polícia, os meios de comunicação e a mentalidade vigente em setores da população da cidade os colocam “do lado de lá”. Portanto, fica muito difícil que os favelados consigam estabelecer linhas de marcação bem claras e possam se distinguir como cidadãos no interior desse conjunto de forças e valores. Destino trágico embutido na utilização da noção de “comunidade”, pois acaba por cancelar, por impotência, diferenças fundamentais e ameaças permanentes que constituem o terror “de dentro”, mesmo que sejam encabeçados por parentes, amigos de infância, vizinhos, co-partícipes de jogos de futebol ou rodadas de cerveja.

Por isso a palavra “comunidade”, utilizada exaustivamente pelos favelados e incorporada ao discurso da política e da sociedade civil, carrega ambivalências. De um lado, serve com linha de demarcação de localizações geográficas e formas de interação social permanentemente sujeitas à invasão aniquiladora. Erige assim



uma frágil e insistente defesa simbólica. De outro, infunde uma suposta unidade ou harmonia propiciadas pela “solidariedade” e “calor humano” diferenciados do “asfalto”. Mas deve ser sublinhado que o termo também se refere à segurança ontológica, pois torna minimamente suportável a convivência inescapável com os “meninos” do tráfico no conjunto das relações cotidianas. Relatos como “os meninos nasceram na comunidade”, “tenho fotos de infância onde eles aparecem na minha festa de aniversário”, ou nos conselhos enérgicos dados ao jovem pai de uma neta que andou fazendo algum “trabalho” para a “boca” atestam essa imiscuição incontornável. Tais situações mostram que o trabalho de afastamento moral realizado pelos moradores das favelas é infinitamente mais trabalhoso e árduo do que possa parecer àqueles que vêm a favela de longe e que descartam ou desconsideram o papel dos moradores das favelas como agentes indispensáveis no enfrentamento do problema da segurança pública.

### ***Referências Bibliográficas***

AGAMBEN, Giorgio

2002 — *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I*, Editora UFMG, Belo Horizonte.

BAUMAN, Zygmunt

1999 — *Globalização – As conseqüências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GIDDENS, Anthony

1991 — *As conseqüências da modernidade*, São Paulo, Editora Unesp.

PELBART, Peter Pál

2003 — *Vida capital – ensaios de biopolítica*, São Paulo, Iluminuras.